

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



Entrevista à Jornalista Cristina Lamb, do Jornal *Financial Times*, no dia 4 de Setembro de 1990

Jornalista: O senhor deseja que seu Plano dê certo aqui dentro do Brasil, mas acho que muitas pessoas não querem a mesma coisa, existem muitas dúvidas sobre isto, parece que há mais entusiasmo lá fora do Brasil do que aqui dentro.

Presidente: Se nos utilizarmos das pesquisas de opinião que são feitas no Brasil, para sabermos se o Governo é popular ou não, se o Plano do Governo tem o apoio da sociedade ou não, chegaremos à conclusão de que sim, o Governo é popular, o Plano econômico tem a aprovação da maioria absoluta da população brasileira.

Me parece que depois de amanhã será divulgada uma nova pesquisa nacional de avaliação do desempenho do Governo, e esses índices, esses números, falam por si só com muita clareza ratificando o que eu acabo de lhe informar. É claro que com um programa econômico da abrangência do nosso, com a profundidade que ele teve, com a contrariedade que ele trouxe a diversos interesses, exista uma parcela da população — aquela que detinha privilégios e os perdeu — que se manifeste contra ele.

Quem são esses que perderam os seus privilégios? São aqueles a quem eu chamo de selvagens, que existem tanto no empresariado, o chamado «capitalismo selvagem» — que perdeu parte dos privilégios que tinha junto ao Estado brasileiro — quanto do outro lado, o sindicalismo selvagem, representado por aqueles líderes sindicais que representam o corporativismo insano e que tinha na inflação, na desordem econômica, na falta de responsabilidade das autoridades brasileiras, o caldo de cultura ideal para que eles prosperassem com as suas mensagens anacrônicas e dissociadas dos reais objetivos do Brasil.

São esses dois pólos que, na verdade, estão sendo atingidos por nosso programa econômico. Eles tinham mesmo que ser atingidos, porque eles estavam torcendo para que o Brasil permanecesse naquele estágio de desorganização total, com conseqüências dramáticas na economia e na área social. Quando eles constatam essa reversão de expectativas, eles se sentem incomodados, se sentem inseguros. Assim vê-se que está muito localizada a reação contra o Plano; a reação vem de pessoas cujos interesses foram contrariados, interesses esses que não representam o da maioria do povo brasileiro, nem o interesse público.

Reforma Econômica

Jornalista: Como o Presidente vai derrubar esses interesses?

Presidente: Já estamos derrubando todos esses interesses, todos esses cartórios, todos esses lixos de privilégios, um a um, diariamente. O que desejo é que o Brasil se transforme num país do Primeiro Mundo, e para que ingresse no Primeiro Mundo, o Brasil precisa adquirir características primeiro-mundistas, precisa não somente desejar ingressar no Primeiro Mundo, mas ele precisa ser um país com as credenciais indispensáveis para esse ingresso.

Que credenciais são estas? As credenciais são: primeiro, a organização econômica, o controle absoluto da inflação. Nós

tínhamos uma inflação de 90% ao mês, estamos hoje com taxas por volta de 10%, ainda elevadas, precisamos reduzi-las. Precisamos, de um orcamento equilibrado, precisamos de superávits crescentes na balança comercial, no nosso budget operacional. para dispor de recursos para fazer face às demandas na área social: um país que se abra à competitividade; um país que se abra para o mundo; um país que não tenha receio de competir. porque é a competitividade que vai gerar a eficiência, que vai gerar produtos de melhor qualidade a um menor preço; um Brasil que possa ter um crescimento auto-sustentado com base no aumento da produtividade de seu parque industrial; um país que tenha as suas contas regularizadas, que seja um parceiro confiável por parte da comunidade financeira internacional; um país, enfim, que redimensione o papel do Estado na economia, que não permita mais que o Estado seja interventor, que seja gigantesco e ineficiente. É isso que estamos fazendo e vamos continuar a fazer: redimensionar o papel do Estado na economia, redefinir seu papel, deixá-lo mais enxuto, mais ágil, mais eficiente e capaz de prestar os serviços públicos esperados pela sociedade.

Enfim, um país que deixe as forças do mercado caminharem, transitarem livremente; onde haja poucas regras, mas claras, bem definidas e estáveis, para que a atividade econômica possa se desenvolver sem empecilhos. Este é o Brasil que propomos, um Brasil que enfrente com sucesso as questões sociais, pelo uso dos recursos que disporá a partir do sucesso de todas essas reformas que hoje estamos realizando.

Nova Percepção da Realidade

Jornalista: Como o Presidente descreve o Plano? É uma revolução cultural ou só econômica?

Presidente: É uma revolução econômica e cultural. De um lado, não se tem registro nos compêndios econômicos de nenhum pla-

no de ajuste econômico mais rigoroso do que este; e de outro é, sem dúvida, uma mudança fundamental nos hábitos e costumes do povo brasileiro, ou seja, uma mudança cultural.

Para mudar essa cultura, tínhamos que nos utilizar não somente das palavras, dos recursos, da retórica. Nós tínhamos que nos valer do exemplo, e é exatamente isto que o Governo vem fazendo, dando o exemplo. Muito mais do que discurso, do que promessa, do que retórica, o Governo oferece à sociedade brasileira o seu exemplo. E esse exemplo está permeando todos os segmentos da sociedade brasileira de uma forma positiva, a ponto de hoje nós, cinco meses após a posse, já sentirmos de uma forma palpável que já começa a haver essa mudança de mentalidade, ou seja, o Brasil, o brasileiro hoje encara o futuro da sua pátria de uma maneira diferente do que há cinco meses; ele encara hoje as instituições de uma maneira diferente e se sente um pouco responsável pela condução dos destinos do País, sente-se mais orgulhoso e mais seguro, apesar das dificuldades pelas quais ainda estamos passando. Sente-se mais seguro porque vê que o caminho que escolhemos — e que foi aprovado nas urnas — é o caminho correto, é o caminho que vai nos levar ao desenvolvimento e ao crescimento econômico, sempre acompanhado da justica social.

Crise no Golfo Pérsico

Jornalista: O Presidente está muito preocupado com a crise no Golfo Pérsico?

Presidente: Sem dúvida, eu acho que essa é uma preocupação que acomete a todos nós nesse instante, até porque ela ocorre num instante de construção democrática, de desarmamento de espíritos. Ela ocorre, coincidentemente, com o final da guerra fria; com a aproximação das duas potências, das duas maiores potências do planeta; ela ocorre, quando os muros da intransigência vêm sendo derrubados. Então surge no mínimo, como algo inesperado, que não poderíamos imaginar que ocorresse

num clima como esse de redenção democrática, de aproximação entre os povos, de solidariedade entre governos, que eram, meses atrás, antagônicos, trata-se de fato lamentável, o que presenciamos no Golfo Pérsico. É uma ameaça política, é uma ameaça econômica, é uma ameaça institucional para o equilíbrio mundial. Eu espero, no entanto, que o bom-senso venha a prevalecer, e que esse conflito seja resolvido em torno de uma mesa de negociações e não com canhões e com carros de combate, colocando em risco milhares e milhares de vidas humanas, sem nenhuma necessidade.

Jornalista: E o efeito econômico para o Brasil?

Presidente: O efeito econômico, não somente para o Brasil, mas para todo o mundo, pode ser desastroso se os preços do petróleo ultrapassarem patamares aceitáveis. O preço do petróleo caiu nas últimas semanas, em função do arrefecimento das tensões no Golfo Pérsico, mas pode subir, e subindo, terá um impacto desastroso por exemplo na Europa, onde há países nos quais o petróleo representa 40, 50% de suas matrizes energéticas. No Brasil o impacto percentual sobre a matriz energética seria de 15% mas de qualquer maneira, devido à fragilidade do momento por que o Brasil atravessa um eventual aumento teria um impacto muito negativo. Enfim, os efeitos podem ser muito danosos.

Divida Externa

Jornalista: Em quanto tempo o Brasil pretende, ou não, recomeçar a pagar a dívida externa?

Presidente: O Brasil está disposto a negociar. Veja bem, houve sempre uma discussão muito apaixonada da questão da divida externa, tanto por parte dos banqueiros como por parte dos governos brasileiros. Quando assumi, eu resolvi redimensionar essa discussão. Toda essa questão da divida externa se resume a

um ponto somente: a alguém que deve e a alguém que tem que receber essa conta. O que é que tem que ser feito? Sentar à mesa e discutir. Aquele que está devendo deve fazer o possível na negociação para pagar o mínimo possível de juros e ter o maior prazo possível para pagar a dívida. Esse é o papel de quem deve. O devedor se não agir assim, não está agindo de uma maneira lógica e defendendo os seus interesses. Do outro lado, daquele que tem a receber, espera-se que faça o possível para cobrar o juro mais alto, e receber num prazo mais curto possível; se ele não estiver agindo assim, também não estará agindo de acordo com as suas atribuições, com o mandato que receberam os diretores do banco dos seus acionistas. Então há um largo espaço para negociar; senta-se à mesa, e busca-se alcançar um denominador comum.

A missão do Fundo Monetário Internacional passou pelo Brasil, ficou aqui um mês; voltou a Washington há alguns dias. O presidente do Banco Central segue em breve para Washington onde continuará a negociação. De modo que está tudo se encaminhando rigorosamente dentro do que se espera. O Brasil não deseja o confronto, não tem uma política de confronto. Ao contrário, se o Brasil quer se inserir no Primeiro Mundo, se o Brasil quer se mostrar um bom parceiro ele não pode em momento nenhum tomar uma posição unilateral. Dizer não pago a dívida seria uma brincadeira de criança; isso é algo de que não se cogita neste governo. O que se pretende, sim, é promover uma ampla negociação que nos traga vantagens; sem dúvida, queremos a melhor negociação possível para o Brasil. Queremos uma negociação, por exemplo, que não prejudique as nossas taxas de crescimento, que não nos retire as condições de continuar pagando a dívida.

Dentro do aspecto formal as coisas correm muito bem. A receita que aplicamos aqui, internamente, foi uma receita nossa, não veio o FMI, nem nenhum banqueiro, dizer o que é que devíamos fazer, até porque não poderíamos aceitar isso. O estilo deste governo é outro. Estamos implementando um programa econômico que o próprio Fundo Monetário Internacional não ousou sugerir a nenhum outro país do mundo. Essa é a nossa posição, e estou muito satisfeito com o rumo que as negociações estão tomando, muito confiante de que rapidamente

tenhamos a possibilidade de assinar o acordo da renegociação da nossa dívida externa.

Jornalista: Existe a possibilidade de que o Brasil venha fazer um pagamento simbólico?

Presidente: Está se discutindo.

Jornalista: Existe a possibilidade de que o Brasil venha pagar este ano?

Presidente: Sim, esperamos que até o final deste ano possamos ter finalizado esses entendimentos e essa negociação.

Jornalista: Por que é importante para o Brasil ter acordo com o Fundo Monetário Internacional?

Presidente: Porque são as regras do jogo. Não podemos pretender fazer uma negociação sem a participação do Fundo Monetário Internacional. Primeiro porque somos signatários da Carta da Constituição do FMI, o que significa que nós próprios concordamos com que negociações desse tipo tenham que passar antes pelo Fundo, que é, junto com o Comitê Assessor da Dívida Externa, também um condutor desse processo de negociação entre devedores e credores. Então, esse é o caminho, fazer esses procedimentos com o FMI, e o Comitê Assessor para depois de termos regularizados esses pontos de discussão com essa instituição, podermos então levar a carta de intenções aos bancos credores.

Combate à Inflação

Jornalista: Inicialmente, o Presidente disse que só teria uma bala para matar o tigre da inflação... Presidente: É verdade, essa bala foi direto ao alvo, acertou o tigre. Nós imaginávamos que o tigre tivesse uma capacidade de resistência menor, mas a bala deixou o tigre abatido, para morrer falta pouco. Apenas achamos que o tigre não ofereceria tanta resistência quanto vem oferecendo, e essa resistência, como disse no início da entrevista, vem exatamente desse resquício de cultura inflacionária, daqueles quistos de privilegiados que se acostumaram a viver com inflação alta, a só ganhar dinheiro com a inflação alta, e não com o trabalho.

O processo inflacionário é degenerativo da economia de mercado, porque retira do empresário, das pessoas envolvidas no processo produtivo, a vontade de competir, e a vontade de trabalhar, para com o seu trabalho retirar o seu lucro. Então, no momento em que uma escalada inflacionária, como a que tínhamos, oferecia ao empresário uma remuneração major do que a que obteria trabalhando, ele investia tudo na especulação do mercado financeiro e não na produção, viciando o organismo com a ausência da competição. Como todo organismo viciado, precisa de tempo e oxigênio para que retornem os músculos, que readquira condições de competir. É do tipo de gente que vai sempre ficar torcendo para que a inflação não caia rápido. para que tenha tempo de se acostumar, para que vá se adaptando. Essa é a resistência do tigre, representada exatamente por essa cultura inflacionária, remanescente ainda em alguns setores da economia brasileira.

Competitividade

Jornalista: O senhor acha que a indústria brasileira está pronta para enfrentar a competição?

Presidente: Sem dúvida, o empresariado brasileiro é de muito boa qualidade, exceção feita a essa parcela à qual me referi, que vivia agarrada aos favores do Estado, que não queria competir. Retirando-se esses que são minoria, a grande massa do empresariado brasileiro é extremamente competitiva, extremamente ágil

e muito criativa. Com as nossas novas políticas industrial e de comércio exterior, não quisemos simplesmente jogá-los abruptamente à competição internacional, mas, sim, expô-los de uma forma gradativa a essa competição, de modo que eles possam ir também alegando novas tecnologias, melhorando a sua produtividade para se tornarem, se já não são, competitivos num prazo relativamente curto.

Capital Estrangeiro

Jornalista: Qual a importância do capital e do investimento estrangeiro dentro desse novo quadro desenhado pelo Governo brasileiro?

Presidente: É fundamental. Acho que tanto o capital estrangeiro quanto o capital nacional serão sempre muito bem-vindos, obedecidos, naturalmente, os parâmetros estabelecidos em nossa Constituição. Nós desejamos preparar o Brasil para receber esses novos investimentos, estamos agora preparando o terreno para receber a semente do capitalismo com responsabilidade social. Estamos preparando o terreno, buscando estabelecer o equilíbrio das forças econômicas, ajustando a economia a parâmetros saudáveis, acabando com a inflação, vocacionando a mentalidade do nosso empresariado para a produção. Criandose, enfim, um terreno fértil que, não tenho nenhuma dúvida, atraia aqueles que detêm capital e queiram se juntar a nós nesse esforço de fazer do Brasil um grande país exportador, não somente de matérias-primas, mas de produtos industrializados.

Sistema Político

Jornalista: Que tipo de sistema político, Presidente, o senhor gostaria para o Brasil?

Presidente: Sou, por essência, parlamentarista. Acho que parlamentarismo é o sistema de governo mais moderno, o que melhor se adapta a um país que desfrute de estabilidade política. Nossa Constituição prevê, em 1993, a realização de uma revisão constitucional e de um plebiscito no qual a população se manifeste, a favor de um sistema parlamentarista ou presidencialista de governo. Esta será uma definição da sociedade brasileira.

Jornalista: O senhor ambicionaria ser primeiro-ministro?

Presidente: Minha preocupação, no momento, é em relação ao meu mandato. Vou me dedicar absolutamente a esse mandato, a fazer um bom trabalho, a cumprir todos os compromissos que eu assumi, e a fazer com que o Brasil reconquiste a confiança em si próprio, com que o brasileiro volte a ter orgulho de ser brasileiro.

Jornalista: Existe alguma figura que tenha influenciado suas idéias?

Presidente: Tenho uma admiração muito grande por Winston Churchill. Gosto muito da Senhora Thatcher, como de Kennedy, também, que teve um papel muito importante. Gorbachev, também, pelo papel extraordinário que vem desempenhando. Mas aquele em relação a quem eu sempre dediquei a maior admiração foi Winston Churchill.

Jornalista: O que o senhor está fazendo agora é muito corajoso; não se sente um pouco vulnerável?

Presidente: Olhe, eu adoro Brasília, porque gosto de espaço, de amplitude, e gosto muito de silêncio. Muito barulho me irrita, eu gosto muito de silêncio. Mas, conversando com um deputado aqui um dia, um deputado que não gosta de Brasília, ele me perguntou se gostava da cidade. Respondi-lhe que sim, que gostava muito, que adorava Brasília, que achava Brasília a melhor cidade para se viver hoje no Brasil. Ele, por seu lado, me disse que não gostava da cidade, que isso aqui era muito isolado, muito quieto. Disse-lhe que, ao contrário dele, gostava muito

disso. Aí ele saiu, desceu e deu uma entrevista, dizendo que o Presidente da República se queixara com ele de que se sentia isolado no poder. O que, absolutamente, não é verdade, eu não me sinto isolado no poder, estou adorando o que estou fazendo. Eu gosto de ser Presidente da República. Abusam da minha paciência e depois contam histórias que não são verdadeiras. Na Presidência da República, estou tendo a oportunidade extraordinária de poder construir algo de novo no País.

Entrevista concedida à jornalista Cristina Lamb, do jornal Financial Times, por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, em Brasília, DF, no dia 4 de setembro de 1990.